

NOTA DE EMPENHO

CAMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA - PARANÁ
 C.N.P.J. 77.778.694/0001-17
 RUA- ALCIDES RIBEIRO DE MACEDO, 30

Numero	Tipo		
291	1		
Data da Emissao	Numero da requisicao	Tipo/licitacao	
10/08/2015	000000		
Credor			
DOUGLAS DAVI CRUZ		CPF/C.N.P.J.	04563957925
RUA XV DE NOVENBRO		MATRICULA 20012	
IPIRANGA		84450000	
Classificacao			Saldo anterior
41113	01.00	LEGISLATIVO MUNICIPAL	37.726,48
	01.01	CAMARA MUNICIPAL	
0103101012.002	ATIV DO LEGISLATIVO MUNICIPAL		Valor Empenhado
3390.140000	DIARIAS - PESSOAL CIVIL		823,04
141402	SERVIDORES COMISSIONADOS		Saldo Atual
			36.903,44

Historico

03 DIARIAS DESP ALIMENTAÇÃO E 02 DIARIAS PARA PER-
 NOITE-CURSO PORTAL DA TRANSPARENCIA MODULO I E II
 NOS DIAS 19-20-21 DE AGOSTO DE 2015-UNIPUBLICA

.....
 Emissao 10/08/2015

.....
 Liquidacao 10/08/2015

.....
 Autorizacao 10/08/2015



NOTA DE LIQUIDACAO DE EMPENHO

CAMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA - PARANÁ
 C.N.P.J. 77.778.694/0001-17
 RUA- ALCIDES RIBEIRO DE MACEDO, 30

Numero	Tipo		
291	1		
Data da Emissao	Numero da requisicao	Tipo/licitacao	
10/08/2015	000000		
Credor			
DOUGLAS DAVI CRUZ		CPF/C.N.P.J.	04563957925
RUA XV DE NOVENBRO		MATRICULA 20012	
IPIRANGA		84450000	
Classificacao			Saldo anterior
41113	01.00	LEGISLATIVO MUNICIPAL	37.726,48
	01.01	CAMARA MUNICIPAL	
0103101012.002	ATIV DO LEGISLATIVO MUNICIPAL		Valor liquidado
3390.140000	DIARIAS - PESSOAL CIVIL		823,04
141402			
			36.903,44

Historico

VALOR LIQUIDADO REF 03 DIARIAS DESP ALIMENTAÇÃO E 02 DIARIAS PARA PER- NOITE-CURSO PORTAL DA TRANSPARENCIA MODULO I E II NOS DIAS 19-20-21 DE AGOSTO DE 2015-UNIPUBLICA AUT.36/2015

.....
 Emissao 10/08/2015

.....
 Liquidacao 10/08/2015

.....
 Autorizacao 10/08/2015



ORDEM DE PAGAMENTO

CAMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA - PARANÁ

C.N.P.J. 77.778.694/0001-17

RUA- ALCIDES RIBEIRO DE MACEDO, 30

Numero 309 Vencimento Ref.empenho 291 Requisicao 0

Credor DOUGLAS DAVI CRUZ CPF/C.N.P.J- 04563957925
RUA XV DE NOVENBRO MATRICULA 20012
IPIRANGA 84450000

Classificacao
51113 01.00 LEGISLATIVO MUNICIPAL
01.01 CAMARA MUNICIPAL
0103101012.002 ATIV DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
3390.140000 DIARIAS - PESSOAL CIVIL

Retencoes Valor Bruto da Ordem de Pagamento 823,04

Recursos Valor Liquido da Ordem de Pagamento 823,04

00001
CONTA CONTABIL-11202 CONTA BANC--CHEQUE-855175

Recibo
Recebi(emos) da CAMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA - PARANÁ
a importancia 823,04 (OITOCENTOS E VINTE
E TRES REAIS E QUATRO CENTAVOS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XX
ref ao pagamento do empenho numero 00291
Assinatura
IPIRANGA - 84450-000 17/08/2015

.....
Emitido em 17/08/2015

.....

Autorizado em 17/08/2015



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA

Estado do Paraná

AUTORIZAÇÃO Nº.36/2015

Através do presente venho solicitar a autorização para o recebimento de diárias que serão utilizadas para cobrir despesas com alimentação e pernoite, conforme descrito na justificativa mencionada abaixo:

JUSTIFICATIVA

Requeiro 03 (três) diárias para cobrir despesa com alimentação e 02 (duas) diárias de pernoite, na cidade de Curitiba – PR, para participação no Curso Portal da Transparência e Direito de Informação nos Municípios (Módulo I e II), promovido pela UNIPÚBLICA, de forma presencial, a ser realizado nos dias 19, 20 e 21 de Agosto do corrente ano.

Para maiores clarezas firmo o presente.

Ipiranga, 17 de Agosto de 2015.


DOUGLAS DAVI CRUZ
ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA

AUTORIZAÇÃO

Com base na justificativa e documentação anexa apresentados pelo Funcionário acima descrito, autorizo as Diárias solicitadas.

Conforme descrito na Tabela Anexa a Lei 1.503/2005, atualizada pelo Decreto Legislativo nº. 04/2013, o valor das diárias solicitadas será de R\$ 823,04 (Oitocentos e Vinte e Três Reais e Quatro Centavos).

Encaminhe-se à Divisão de Finanças para realização do empenho na seguinte dotação:

01.00 – Legislativo Municipal
01.01 – Câmara Municipal
0103101012.002 – Atividades do Legislativo Municipal
3390.1400 – Diárias – Pessoal Civil
141402 – Diárias Servidor em Comissão

Ipiranga, 17 de Agosto de 2015.


MAICON VINICIUS DALAZOANA
PRESIDENTE



Outros cursos



Sobre a Unipública



Atendimento Online



Curso:

Portal da Transparência e Direito de Informação nos Municípios (Módulo 1)

Data: 19 e 20 de Agosto

Local: Curitiba - PR

Carga Horária: 10 horas/aula

Programação

Dia: 19 | Horário: 9h às 12h

Transparência Municipal: Fundamentos e Obrigações

1 História e Conceito

2 Canais obrigatórios ao município

- a) órgão oficial eletrônico (Acórdãos 302/09 – TCEPR)
- b) portal da transparência

3 Canais facultativos ao município

- a) órgão oficial escrito (acórdão nº 3830/13 – TCEPR)
- b) publicação institucional (jornal, revista, boletim, folder, TV, rádio, internet)

4 Fundamentos Constitucionais:

- a) art. 5º, XXXIII (direito de informação)
- b) art. 37, caput (princípio da publicidade)
- c) art. 29, I (autonomia municipal)

5 Previsão na legislação Esparsa:

- a) 8666/1993 (lei das licitações)
- b) 9.755/98 (lei da homepage no TCU)
- c) 101/2000 (lei de responsabilidade fiscal)
- d) M. P. 2.200-2, de 2001 (internet)
- e) 10.520/2002 (lei do pregão)
- f) LC 131/2009 (lei da transparência)
- g) 12.232/2010 (lei da contratação de agências de comunicação)
- h) 12.527/2011 (lei da informação)
- i) LC/PR 137/2011 (lei dos diários oficiais)



Jonias de O. e Silva
 Advogado e Consultor -
 Especialista em
 Administração. . . [+]

- 1 Corrupção, desvios e fraudes: Conceitos
- 2 Conceito e relevância do controle
- 3 O anseio democrático pelo controle



Sidnei Di Bacco
Advogado Especialista em
Administração Pública com
vasta. . . [+]

4 Definições quanto à localização do controle:

- a) interno
- b) externo

5 Definições quanto ao órgão que exerce o controle:

- a) autocontrole ou autotutela
- b) legislativo ou parlamentar
- c) judicial
- d) social

6 Definições quanto ao momento em que se efetiva o controle:

- a) prévio
- b) concomitante
- c) posterior ou subsequente

7 Evolução Legislativa do Controle na Administração Pública, no Brasil:

- a) lei da contabilidade pública (4.320/64)
- b) lei da ação popular (4.717-65)
- c) crime de responsabilidade e infração político-administrativa (dl 201/67)
- d) lei da ação civil pública (7.347/85)
- e) as leis orgânicas municipais (1990)
- f) lei das inelegibilidades (lc 64/90)
- g) lei da improbidade (lei 8.429/92)
- h) lei das licitações (8.666/93)
- i) lei das eleições (9.504/97)
- j) lei de responsabilidade fiscal (lc 101/2000)
- k) lei do mandado de segurança (12.016/2009)
- l) lei da transparência (lc 131/2009)
- m) lei da informação (lei 12.527/2011)
- n) lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013)

Dia: 20 | Horário: 9h às 12h

Como Cumprir a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011)

- 1 Evolução histórica do direito à informação
- 2 O direito constitucional à informação (art. 5º, LV)
- 3 A lei federal regulamentadora (LAI: 12.527/2011)



Milton Mendes Botelho
Consultor, Auditor, Escritor,
Palestrante Especialista
em. . . [+]

a) formas (processamentos)

b) meios (canais: presencial/eletrônico)

11 Documentos sigilosos:

- a) tipos
- b) classificação

12 Espaço para acesso à informação no Portal da Transparência

13 Meios complementares de transparência nas informações:

- a) a capacitação dos servidores sobre a LAI
- b) o equipamento e uso da tecnologia apropriada
- c) a implantação das ouvidorias locais
- d) a disponibilização eletrônica da legislação local
- e) a realização de conferências municipais
- f) a implantação de conselhos municipais de transparência
- g) a consulta pública (ouvir a opinião antes de realizar)
- h) a promoção de audiências públicas
- i) a criação do orçamento participativo
- j) a prática de pesquisas de opinião pública
- k) o aprimoramento dos processos de apuração de denúncias

Faça o curso acima e ganhe 50% de desconto no valor da matrícula deste curso =====>



Mais informações:

(41) 3323-3131
contato@unipublicabrasil.com.br

Nossas redes:



Apoio:

Pontual
Assessoria

www.unipublicabrasil.com.br

Alimentação do Portal da Transparência: na Prática

- 1 Exigências expressas da LRF (LC 101/2000)
- 2 O que o Tribunal de Contas Exige?
- 3 O que o Ministério Público está recomendando?



**João Henrique
Mildenberger**

Graduado em ciências
contábeis pela
Universidade Estadual. . .
[\[+\]](#)

4 Sistemas do TCEPR de apoio à transparência:

- a) Sim Am
- b) Proar (IN 95/2014)
- c) Mural de Licitações

5 Plataformas tecnológicas:

- a) portal recomendado pelo MP (Celepar/MP-PR/TCE-PR/AMP)
- b) outros portais utilizados pelos municípios

6 Conteúdo genérico:

- a) balanços contábeis
- b) contratos firmados pelo município
- c) legislação
- d) lei de responsabilidade fiscal – relatórios
- e) licitações do município
- f) remuneração de servidores
- g) acesso à informação aos cidadãos

7 Navegação:

7.1 Administrador

7.2 Layout

7.3 Links do cabeçalho:

- a) sobre o portal
- b) fale conosco
- c) mapa do site
- d) manual de navegação

7.4 Links do menu lateral:

- a) legislação
- b) receitas e despesas
- c) lei de responsabilidade fiscal – relatórios
- d) balanços contábeis
- e) glossário
- f) perguntas frequentes
- g) licitações e contratos
- h) preços referenciais de serviços
- i) terceirizados
- j) cadin municipal
- k) sanções administrativas (município, TCF/PR e TCU)

- 1 Agentes Públicos Responsáveis pelos Portais:
- a) gestor
 - b) contador
 - c) controlador interno
 - d) outros, que receberem incumbências funcionais



Jonias de O. e Silva
Advogado e Consultor -
Especialista em
Administração. . . [+]

- 2 Vias de responsabilização dos envolvidos:
- a) administrativa (no órgão a que está vinculado e/ou no de classe)
 - b) penal (judicial)
 - c) civil (judicial)
 - d) político-administrativa (câmara municipal)

3 Penas a que os responsáveis estão sujeitos:

3.1 No Processo Administrativo Junto ao TCE:

- a) multa funcional
- b) ressarcimento
- c) inelegibilidade
- d) declaração de inidoneidade

3.2 Em Ação civil pública

- a) inelegibilidades (até 8 anos)
- b) suspensão dos direitos políticos
- c) penas pecuniárias
- d) impedimento de contratar com órgãos públicos
- e) impedimento de participar de concurso público
- f) afastamento do cargo

3.3 Em Processo penal (crime de responsabilidade, comum, especial e funcional)

- a) penas privativas de direitos
- b) penas pecuniárias
- c) penas de prestação de serviços
- d) penas privativas da liberdade
- e) liberdade ou benefícios condicionais

3.4 Em Processo disciplinar (funcional) onde esteja vinculado:

- a) advertência
- b) suspensão
- c) demissão

3.5 Em Processo disciplinar (profissional), pelo órgão de classe:

- a) advertência
- b) multa

c) regressiva de ressarcimento

4 Sanções a que está sujeito o órgão público descumpridor (LRF)

Faça o curso acima e ganhe 50% de desconto no valor da matrícula deste curso ===== >



Mais informações:

(41) 3323-3131
contato@unipublicabrasil.com.br

Nossas redes:



Apoio:



www.unipublicabrasil.com.br

